

Ano XXVII nº 6820 – 18 de maio de 2023

Ampliação da licença maternidade é conquista do movimento sindical bancário

O movimento sindical sempre lutou para conquistar direitos que beneficiem as trabalhadoras mães no ramo financeiro. Essas lutas resultaram em importantes conquistas que ajudam as mulheres a conciliar suas carreiras e a maternidade de forma mais equilibrada.

Entre as conquistas mais significativas, está a ampliação da licença-maternidade para seis meses, prevista em lei desde 2013, mas que ainda enfrenta resistência de algumas empresas. Além disso, as mães têm direito a pausas para amamentação, que devem ser concedidas durante a jornada de trabalho, e a creches dentro das próprias empresas ou em convênios firmados com instituições credenciadas.

Outro avanço importante conquistado especificamente pela categoria bancária é a licença-paternidade de 20 dias, que permite aos pais se dedicarem aos cuidados com os filhos recém-nascidos ou adotados nos primeiros dias de vida. A licença-paternidade é um importante instrumento de inclusão paterna e divide com as mães o cuidado e a responsabilidade pelos filhos.

Para Fernanda Lopes, secretária da Mulher da Confederação Nacional dos Trabalhadores Financeiro (Contraf-CUT), essas conquistas são importantes não só para as trabalhadoras, mas para a sociedade como um todo, que reconhece a importância do papel das mulheres no mercado de trabalho e na formação das novas gerações. “O movimento sindical tem um papel fundamental em pressionar as empresas e o Estado para que garantam os direitos das trabalhadoras e construam um ambiente de trabalho mais equilibrado e justo para todos”.



Hoje tem negociação com a Caixa

Representantes da Caixa Econômica Federal e dos empregados se reúnem na tarde desta quinta-feira (18) para tratar de questões específicas dos trabalhadores que exercem as funções de caixas, tesoureiros e avaliadores de penhor.

Os representantes dos trabalhadores ressaltam a importância da participação dos trabalhadores na definição das medidas a serem adotadas. “Quem usa os sistemas, o mobiliário, quem cumpre as funções no cotidiano de trabalho é quem ‘sabe onde o calo dói’ e, por isso, é quem melhor pode dizer o que funciona e o que não funciona. Não tem sentido promover mudanças sem que eles sejam consultados. É isso o que estamos cobrando”, disse coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt.

Para que a Caixa entenda que as reivindicações que estão sendo apresentadas pelas representações dos trabalhadores são anseios reais dos empregados, a orientação é para que quem exerce estas funções incluam uma ocorrência no SIOUV (atender.caixa/siouv > Ocorrência > Incluir ocorrência interna), informando que “nos últimos anos, nossas condições de trabalho nas funções de caixa, tesoureiro e avaliador tornaram-se cada vez piores. Para que voltemos a ter condições dignas, é necessário que as designações efetivas sejam retomadas e que as demandas apresentadas pelos representantes no GT, sejam atendidas.”

Centrais sindicais unidas contra o PLP 93/2023

As centrais sindicais manifestam preocupação com o PLP (Projeto de Lei Complementar) 93/2023, conhecido como regime fiscal sustentável, em debate no Congresso Nacional. O entendimento é de que a medida, que veda a realização de concurso público e nega direitos aos servidores, é injusta.

As entidades alertam que o projeto, se aprovado, pode comprometer serviços públicos essenciais, um prejuízo para toda a sociedade. Diante disso, organizam ampla mobilização contra a matéria.

Entre as ações já definidas, está visita aos gabinetes dos deputados e senadores, na tentativa de sensibilizá-los para os problemas do texto. As centrais defendem mudanças em pontos controversos e ressaltam a necessidade de garantir um serviço público de qualidade e acessível a todos.